

**Nota sobre o processo 110.482/2016 que põe em risco de suspensão o mandato do Deputado Jean Wyllys**

A Associação Brasileira de Antropologia considera extremamente preocupante o processo 110.482/2016 que, em andamento no Conselho de Ética da Câmara de Deputados, sugere a suspensão do mandato do deputado Jean Wyllys (PSOL, RJ) sob a alegação de quebra de decoro parlamentar. O episódio que envolve tal processo, aceito pelo Conselho de Ética, põe em foco um gesto tradicionalmente utilizado na cultura brasileira como resposta a situações de humilhação e desrespeito, que teria sido dirigido pelo deputado Jean Wyllys ao deputado Jair Bolsonaro (PSC, RJ), em 17 de abril de 2016, durante a sessão da Câmara dos Deputados em que se votava o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. No dia 13 de dezembro de 2016, o relator do processo, deputado Ricardo Izar (PP, SP) recomendou a suspensão do parlamentar por 120 dias, decisão que foi adiada para a volta do recesso parlamentar, mediante pedido de vista solicitado pelo deputado Julio Delgado (PSB, MG).

Mesmo reconhecendo a legitimidade do Conselho de Ética para apurar infrações ao decoro parlamentar, alertamos para o uso político que envolve o episódio e o tratamento a que está sendo submetido o deputado. O curso desse processo pode abrir perigoso precedente e arriscar a consolidação do tímido espaço de defesa dos direitos de mulheres e das populações LGBTs no Legislativo Federal de nosso país. Assumidamente homossexual, Jean Wyllys vem propondo rica e extensa lista de projetos de lei, visando à consolidação de direitos concernentes à igualdade de gênero e à defesa da diversidade sexual. O fato em destaque no processo em questão resulta de mais de seis anos de ofensas, baseadas em preconceito relativo à orientação sexual, dirigidas ao deputado Jean Wyllys. Sua própria defesa, em audiência na Comissão de Ética, caracterizou o ato que motivou o processo como reação a um insulto de natureza homofóbica, proferido pelo deputado Jair Bolsonaro. Além disso, todo o processo foi movido a partir de um vídeo, veiculado pelo deputado Eduardo Bolsonaro (PSC, SP), cujo caráter fraudulento foi comprovado por perícia policial. A peça adulterada alterava propositalmente os fatos e seu contexto e foi considerada falsa pela própria Comissão de Ética. Mesmo diante de tal constatação, o mandato do deputado Jean Wyllys permanece em risco.

Consideramos que a ameaça de suspensão desse mandato representa sério perigo à consolidação dos Direitos Humanos, em especial aos direitos sexuais, bem como à igualdade de gênero no Brasil. São inúmeros os projetos de lei propostos pelo deputado Wyllys, entre os quais destacamos os que se referem à descriminalização do aborto; à possibilidade de mudança do nome pessoal de acordo com a identificação de gênero das pessoas e não com o sexo que lhes foi atribuído ao nascimento; à humanização do parto; à regulamentação da atividade dos profissionais do sexo; à instituição em todo território nacional da “Escola Livre”, baseada no respeito à pluralidade étnica, religiosa, ideológica e política; e, finalmente à livre manifestação da orientação sexual e de identidade e/ou expressão de gênero.

Preservar o mandato do Deputado Jean Wyllys implica, assim, garantir um espaço democrático no Parlamento Brasileiro para que diferenças entre as pessoas e grupos não se desdobrem em desigualdades sociais.

**Associação Brasileira de Antropologia - ABA e seu Comitê Gênero e Sexualidade**

Brasília, 21 de março de 2017.